

Aviso

Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de 6 (seis) postos de trabalho, de 3,5 horas/dia, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo a tempo parcial, para a categoria de assistente operacional, com período definido de 15 de setembro de 2016 até ao dia 23 de junho de 2017.

Requisitos de admissão

1. Ser detentor, até à data limite para apresentação das candidaturas, dos requisitos gerais de admissão previstos no artigo 17.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, nomeadamente:
 - a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção especial ou lei especial;
 - b) 18 Anos de idade completos;
 - c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para exercício daquelas que se propõe a desempenhar;
 - d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
 - e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória;
 - f) Nível habilitacional exigido: escolaridade obrigatória ou de curso que lhe seja equiparado, a que corresponde o grau de complexidade 1 de acordo com o previsto nos artigos 34º e 86º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.
2. Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria, executem as mesmas funções e ocupem, no órgão ou serviço que publicita o procedimento concursal, postos de trabalho idênticos àqueles para cuja ocupação se publicita o procedimento, excetuando os que se encontrem em mobilidade especial, conforme o disposto na alínea l) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

Formalização das candidaturas

1. **Prazo de candidatura** é de 10 dias úteis a contar da data de publicação do **Aviso n.º 10140/2016**, publicado no **Diário da República, 2.ª série - N.º157, de 17 de agosto**, sendo este aviso também divulgado na página eletrónica do Agrupamento de Escolas de Esgueira, nos termos do artigo 26.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.
2. As candidaturas deverão ser formalizadas, obrigatoriamente, mediante preenchimento de formulário próprio, aprovado por Despacho n.º 11321/2009, de 8 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 89, de 8 de maio, disponibilizado no endereço eletrónico da Direção-Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP), em <http://www.dgaep.gov.pt>, podendo ser obtido na página eletrónica ou junto dos

serviços de administração escolar do Agrupamento de Escolas de Esgueira, e entregues no prazo de candidatura, pessoalmente, nas instalações deste, ou enviadas pelo correio, para a morada identificada em rodapé, em carta registada com aviso de receção e dirigidas à Diretora deste Agrupamento, Dra. Helena Libório.

3. Os formulários de candidatura deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documento: fotocópia do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão; fotocópia de documento comprovativo das habilitações literárias; *Curriculum Vitae*, detalhado, devidamente datado e assinado e fotocópia dos documentos comprovativos das ações de formação frequentadas.
4. Os candidatos que exerçam funções no Agrupamento de Escolas de Esgueira estão dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos factos indicados no currículo, desde que, expressamente, refiram que os mesmos se encontram arquivados no seu processo individual, nesses casos, o júri do concurso solicitará oficiosamente os mesmos ao respetivo serviço de pessoal.
5. Nos termos do Decreto-Lei 29/2001 de 3 de fevereiro e para efeitos de admissão ao concurso, os candidatos com deficiência devem declarar sob compromisso de honra o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência.
6. As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.
7. Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre a situação que descreve a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

Métodos de seleção

1. Considerando a urgência do recrutamento, de acordo com a faculdade prevista no nº 6 do artigo 36º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, será utilizado apenas um método de seleção obrigatório – **Avaliação Curricular (AC)**.
2. A **Avaliação Curricular (AC)** visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida. Para tal serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar e que, obrigatoriamente, são os seguintes: Habilitação Académica de Base (**HAB**) ou Curso equiparado, Experiência Profissional (**EP**), Formação Profissional (**FP**). Será expressa numa escala de 0 a 20 valores com valoração às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar **AC = (HAB + EP + FP)/3 , (2c.d.)**.

2.1 A Habilitação Académica de Base (**HAB**) será graduada com a seguinte pontuação:

a) Mais do que a escolaridade obrigatório ou de curso que lhe seja equiparado - **20 valores**;

b) Escolaridade obrigatória ou curso que lhe seja equiparado – **18 valores**.

2.2 Experiência Profissional (**EP**) – será valorada da seguinte forma:

- a) **20 valores** – 730 dias ou mais tempo de serviço no exercício de funções em realidade/contexto escolar;
- b) **18 valores** – menos de 730 dias e mais de 365 dias de tempo de serviço de funções em realidade/contexto escolar;
- c) **15 valores** – 365 dias ou menos de tempo de serviço de funções em realidade/contexto escolar;
- d) **13 valores** – 365 dias ou mais tempo de serviço no exercício de funções inerentes à carreira e categoria, mas não no contexto escolar;
- e) **10 valores** – menos de 365 dias de serviço no exercício de funções inerentes à carreira e categoria, mas não no contexto escolar.

3. Formação Profissional (**FP**) – Serão consideradas as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função. Será valorada com um mínimo de 10 valores a atribuir a todos os candidatos, à qual acresce, até ao máximo de 20 valores, o seguinte:

- a) **10 valores** – Formação diretamente relacionada com a área funcional, num total de 50 ou mais horas;
- b) **9 valores** – Formação diretamente relacionada com a área funcional, num total de 25 a 50 horas, exclusive;
- c) **8 valores** – Formação diretamente relacionada com a área funcional, num total de 15 a 25 horas, exclusive;
- d) **6 valores** – Formação diretamente relacionada com a área funcional, num total até 15 horas;
- e) **4 valores** – Formação indiretamente relacionada, num total de 25 h ou + horas;
- f) **2 valores** - Formação indiretamente relacionada num total de 15 a 25 horas, exclusive;
- g) **1 valor** - Formação indiretamente relacionada num total até 15 horas.

4. Os candidatos que obtenham uma **valoração inferior a 9,5 valores** no método de seleção (AC) consideram-se excluídos da lista unitária de ordenação final.

5. Composição do Júri

Presidente do Júri – Maria Vitória Marques Almeida Ministro (Enc. Assistentes Operacionais)

1.º Vogal Efetivo – Anabela Maria dos Santos Ferreira (Subdiretora)

2.º Vogal Efetivo – Ana Paula Nunes Sena Gato (Assistente Operacional)

Vogais Suplentes – Maria Teresa Fernandes Pires (Adjunta da Diretora) e Maria Leonor Silva Santos (Assistente Operacional).

O Presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos por um dos vogais efetivos.

6. Nos termos da alínea t) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, os critérios de apreciação e de ponderação dos métodos de seleção, bem como o sistema de classificação final dos candidatos, incluindo a respetiva fórmula classificativa, constam das atas das reuniões do júri do procedimento, as quais serão facultadas aos candidatos, no prazo de 3 dias úteis, sempre que solicitadas.

7. A **Ordenação final dos candidatos** admitidos que completem o procedimento concursal é efetuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores com valoração às centésimas, em resultado da fórmula **$AC = (HAB + EP + FP)/3$** , (2c.d.).
8. **Critério de desempate:** em caso de igualdade de valoração os critérios de desempate a adotar são os constantes do n.º 1 do artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.
9. Para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º da referida Portaria e nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei 29/2001 de 3 de fevereiro, neste procedimento concursal o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sob qualquer outra preferência legal.
10. A ordenação dos candidatos que se encontrem em situação de igualdade de valoração, e em situação não configurada pela lei como preferencial, é efetuada, de forma decrescente, tendo por referência os seguintes critérios:
- a) Valoração da Habilitação Académica Base (HAB);
 - b) Valoração da Experiência Profissional (EP);
 - c) Valoração da Formação Profissional (FP);
 - d) Preferência pelo candidato de maior idade.
11. A lista unitária da ordenação final dos candidatos, após homologação da Diretora do Agrupamento de Escolas de Esgueira, é afixada nas respetivas instalações em local visível e público e disponibilizada na página eletrónica do Agrupamento de Escolas de Esgueira (<http://aesgueira.edu.pt>).
12. Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, «A Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades, entre homens e mulheres, o acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação».

Nota: Este concurso é valido para eventuais contratações que ocorram durante o ano escolar 2016/2017.

Aveiro, 17 de agosto de 2016

A Subdiretora
Anabela Ferreira